

PRODUTIVIDADE X RENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Autor: Gabriel Dorfman - professor associado do Departamento de História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Palavras-chave: Produtividade da educação. Qualidade da educação. Função da universidade. Instituições privadas de ensino superior. Custos do ensino superior.

Resumo

O presente artigo aborda a confusão entre os conceitos de “produtividade” e de “rentabilidade” que, quando presente na análise do desempenho e na gestão das instituições privadas de ensino superior, tem levado à queda da qualidade do produto oferecido por essas mesmas instituições. Sob pretexto de melhorar sua produtividade, essas instituições têm promovido um enxugamento de custos baseado em larga medida no corte de seus melhores quadros docentes, o que tem causado uma queda geral na qualidade do ensino por elas oferecido aos seus estudantes.

A tragédia humana e ambiental ocorrida na cidade de Brumadinho, Minas Gerais ¹ está prestes a completar três anos; nesse meio-tempo, a pandemia de Covid 19, com suas centenas de milhares de mortos, ajudou a acelerar o processo de esquecimento coletivo de um evento que, mesmo tendo matado diretamente um número muitíssimo menor de pessoas, continuará ainda por muitas décadas ocupando lugar de destaque na crônica das grandes tragédias que se abateram sobre os brasileiros e seu país. Assistir a maneira desassomburada com que a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce se tem permitido fazer intensas e vistosas campanhas publicitárias, nas quais ela se apresenta como defensora do meio-ambiente e de sua proteção, tem contribuído para tornar ainda mais amarga e paralisante a lembrança da gigantesca e indelével destruição ambiental e de vidas ocorrida naquela ocasião. Justamente isto – o fato de que, três anos depois daquele trágico evento, a Vale do Rio Doce se permita lançar uma caríssima campanha publicitária onde se apresenta como defensora da vida e do meio-ambiente, ao mesmo tempo em que volta a ocupar lugar privilegiado no rol das empresas brasileiras consideradas “de ponta” – se oferece como oportunidade tristemente didática para pôr a nu uma confusão que vem causando sérios prejuízos à economia brasileira, à vida de milhões de pessoas tolhidas em suas trajetórias profissionais e à própria cultura nacional: a confusão entre os conceitos de Produtividade e Rentabilidade.

São conceitos bastante simples, acessíveis mesmo aos que não dominam o jargão das assim chamadas “Ciências Econômicas”: enquanto “produtividade” se refere à razão entre o valor criado e os recursos consumidos em um determinado processo econômico, “rentabilidade” diz respeito à mera taxa de rendimento de um investimento qualquer. Ou seja: enquanto para a mensuração da produtividade de um processo interessa sobremaneira a qualidade do produto nele gerado, seja ele qual for, para a avaliação da rentabilidade de um investimento, nada interessa, além do lucro gerado por esse investimento, medido em intervalos de tempo pré-definidos e comparado com o volume de recursos investidos.

Quando a tragédia de Brumadinho aconteceu, a Vale do Rio Doce estava em plena tendência de valorização de seus ativos e de suas ações; beneficiava-se diretamente do encarecimento das matérias-primas que extrai do subsolo e exporta para países do mundo todo, e recuperava-se a pleno

¹ Desmoronamento de uma barragem de rejeitos de mineração pertencente à Companhia Mineiradora Vale do Rio Doce, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, que matou cerca de 300 pessoas, desalojou centenas de famílias e causou uma das maiores destruições ambientais da história do Brasil.

vapor da tragédia ocorrida três anos antes em Mariana, Minas Gerais² ; a bem da verdade, já muito pouco se falava da tragédia de Mariana quando ocorreu a tragédia de Brumadinho. Quando o assunto era a “Companhia Mineradora Vale do Rio Doce”, o tom predominante era de confiança e otimismo, face à rapidez com que a empresa se recuperara dos prejuízos causados pela tragédia de Mariana e face aos lucros respeitáveis que suas operações estavam gerando para a própria empresa e, por extensão, para seus acionistas (dentre eles, o Estado brasileiro). Devido justamente a essa situação extremamente favorável desfrutada pela empresa e seus acionistas, a equipe de seus dirigentes era vista então como detentora de uma capacidade administrativa excepcional – a equipe gozava de prestígio e reconhecimento entre todos os observadores da economia nacional.

Ao romper-se a barragem de rejeitos de Brumadinho, causando as mortes e a destruição que causou, o prestígio da equipe dirigente da Vale do Rio Doce não sofreu nenhum arranhão: em um primeiro momento, ela continuou sendo vista como extremamente competente – tão competente que a grande maioria dos observadores e analistas das seções econômicas dos maiores jornais do país bradava em uníssono que a tragédia não deveria levar à substituição daqueles dirigentes, dado o sucesso e a eficiência com que eles tinham sabido conduzir a Vale até ali. Por mais triste que fosse o impacto da tragédia, dizia-se, não teria sentido mexer em uma equipe que vinha sendo tão bem-sucedida em sua tarefa.

Que tarefa era essa? Garantir altas taxas de rendimento aos investimentos feitos nas operações e/ou nos “papéis” (ações, debêntures, etc.) da “Vale”.

Ou seja: o prestígio desfrutado pela equipe de executivos da Vale era diretamente proporcional à rentabilidade que a Vale vinha garantindo aos investimentos nela feitos.

E quanto à produtividade das operações da Vale: seria possível considerá-la igualmente elevada, igualmente comprovadora da extrema competência de seus executivos? Se considerarmos que “produtividade” é o resultado da divisão entre valor de um produto gerado e os recursos consumidos em sua geração, então, a resposta a esta pergunta é, provavelmente, **não**.

Em primeiro lugar, **não**, porque os recursos que foram gastos na extração dos minérios depositados no subsolo do estado de Minas Gerais, no período de três anos transcorridos entre as tragédias de Mariana e Brumadinho, foram de uma magnitude simplesmente estratosférica, várias vezes maior do que o valor gerado pela extração desses minérios. Somando-se as centenas de vidas perdidas às centenas de famílias desabrigadas, aos milhares de hectares de terras cultiváveis inutilizadas, aos estabelecimentos comerciais e turísticos condenados ao desaparecimento e ao impacto ambiental que levará várias décadas para ser absorvido pela natureza, é óbvio que os bilhões de dólares gerados pela operação da Vale naquela mesma região e durante aquele mesmo período são insuficientes para compensar o volume de recursos consumidos. Ou seja: efetuando-se a divisão entre o valor (a riqueza) gerado pela Vale e o total de insumos consumidos em sua geração, o resultado certamente será ínfimo, ou, eventualmente, negativo (é provável que as operações da Vale, avaliadas dessa maneira, tenham resultado em considerável prejuízo).

² Desmoronamento de uma outra barragem de rejeitos também pertencente à Companhia Mineiradora Vale do Rio Doce, situada próxima à cidade de Mariana, ocorrido em 5 de novembro de 2015, que matou 19 pessoas, desalojou centenas de famílias e causou a maior destruição ambiental da história do país.

Em segundo lugar, **não**, devido a um outro fator a considerar: é que o próprio valor das riquezas geradas pela Vale é **muitíssimo menor** do que os bilhões de dólares auferidos pela exportação dos minérios extraídos do subsolo de Minas Gerais naquele período, se considerarmos que é parte fundamental dessas riquezas aquilo que uma empresa (qualquer empresa) oferece de positivo, de construtivo, ao meio onde opera. No caso da Vale, a roer a riqueza gerada pelos milhares de postos de trabalho oferecidos por ela (variável que tem inegavelmente muito peso e que, justamente por isso, é sempre esgrimida como argumento a favor de qualquer empresa), há o evidente desgaste da qualidade ambiental (e, por extensão, paisagística) dos lugares onde ela opera. Ou seja: no valor total das riquezas geradas pelas operações da Vale há que aplicar um pesado redutor que decorre diretamente da destruição ambiental que ela causa **cotidianamente**, mesmo em condições “normais” de operação, fora de qualquer intercorrência excepcional, em que uma destruição aguda e concentrada resulte de algum colapso de proporções inusitadas.³

Mais um exemplo da confusão sistemática entre produtividade e rentabilidade: há alguns anos, empresas de aviação comercial vêm procurando reduzir seus custos operacionais, alegadamente em busca de uma maior “produtividade”, que lhes garanta a permanência em um mercado no qual a competição beira o puro canibalismo. Nessa busca muitas vezes desesperada (afinal, o que está em jogo é a própria sobrevivência das empresas), atua-se em várias frentes: redução de pessoal em terra e embarcado, uso de aeronaves mais econômicas, redução de serviços e confortos garantidos nos preços de tarifas “standard”. Face à pressão brutal para reduzir tarifas com vistas a se manter no mercado, reduzem-se os serviços e confortos garantidos por essas tarifas agora rebaixadas; é possível que nesse duplo movimento, de simultaneamente se reduzirem tarifas e a qualidade dos serviços por elas garantidos, a produtividade da operação das empresas aéreas esteja mantendo-se inalterada ou esteja sendo até mesmo rebaixada: haveria que verificar se o valor gerado (do qual a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes é parte obviamente essencial) não está sendo, ao fim e ao cabo, reduzido numa proporção ainda maior do que aquela em que as tarifas estão diminuindo. Ao fim e ao cabo, se para despachar uma mala e para escolher um assento é necessário pagar um preço maior do que a tarifa “standard”, é óbvio que está havendo uma alteração no resultado da divisão entre valor do produto gerado e o dinheiro exigido aos usuários para que possam desfrutar de confortos que antigamente eram garantidos mesmo pelas tarifas mais baixas (dinheiro amealhado na geração de riquezas em outros setores e ramos da economia).

Tais observações são fundamentais para deixar claro que “rentabilidade” e “produtividade” estão longe de ser sinônimos. A ênfase nessa distinção se faz tão mais necessária quanto mais frequente se faz a confusão entre ambas, nas análises sobre a economia brasileira, suas tendências e carências estruturais. Dentre as observações que se fazem sobre a economia brasileira e seus impasses atuais, uma das mais frequentes é aquela que afirma (e lamenta) o fato de que a produtividade do país está estagnada já há muitos anos. Mesmo que não se explicita, quando tal juízo é emitido, via de regra considera-se a produtividade medida em relação a um único fator, qual seja, a mão-de-obra. A hora trabalhada, afirma-se e repete-se como um mantra, gera muito pouca riqueza no Brasil, e essa razão desfavorável vem-se mantendo inalterada há décadas.

Considerando-se, no entanto, que a grandeza “produtividade” se calcula dividindo a riqueza gerada em um determinado processo pela soma de **TODOS** os insumos consumidos nesse mesmo processo,

³ Obviamente, o tema que está sendo exposto aqui é o das “externalidades negativas” de um processo econômico qualquer.

há que indagar: será que o baixo rendimento da mão-de-obra é o único motivo para a estagnação da produtividade no Brasil, ou haverá outros motivos tão ou mais decisivos para essa estagnação?

E aqui, para levantar algumas hipóteses que podem eventualmente responder a essa pergunta, desvia-se o foco dos setores da mineração e dos transportes aéreos para um outro setor suposta e aparentemente muitos menos nocivo ao meio-ambiente, que é o do ensino superior.

Já há alguns anos que as empresas privadas dedicadas ao ensino superior vêm procedendo a radicais medidas de enxugamento de seus custos; dentre elas, a redução dos custos de mão-de-obra tem ocupado, como sempre, lugar privilegiado. Terceirizam-se todas as funções que não se enquadrem integralmente na função principal de tais instituições, qual seja, a oferta de serviços de educação; paralelamente a isso, no entanto, tem havido um radical enxugamento dos quadros de professores, bem como a precarização dos contratos que regem as relações de trabalho entre eles e seus empregadores.

A esmagadora maioria dos professores vem sendo forçada a trabalhar como horista, sobrecarregando-se as salas de aula e estimulando-se a adoção de procedimentos “à distância”, mesmo nos casos em que os alunos se matriculam em cursos “presenciais”; pagam-se (mal) as horas de aula dadas, mas raramente se pagam as horas gastas no preparo dessas mesmas aulas – tais custos são via de regra jogados sobre as costas dos professores. O processo de proletarização desses que, por vocação e/ou por necessidade, dedicam-se a dar aulas em instituições de ensino superior, vem avançando a passos largos; no ensino de várias profissões é possível considerá-lo já plenamente consumado.

O que é mais grave, no entanto, é que os professores mais antigos e mais qualificados (mercê justamente de seus anos de experiência acumulada) vêm sendo sistematicamente descartados no bojo de tal processo generalizado de “enxugamento de custos”, em benefício de quadros mais jovens, mais inexperientes e, por isso mesmo, mais dispostos a aceitar as remunerações aviltantes que lhes são oferecidas, face à absoluta falta de alternativas em que se encontram, devido à crise econômica que perdura já há anos no Brasil. Tudo isso vem sendo levado a cabo sob o argumento da necessidade imperiosa de melhorar os níveis de produtividade desse que se tornou, nos últimos anos, um dos mais fortes ramos do setor de serviços nacional – forte o suficiente para ter ações de várias de suas empresas entre as mais negociadas na principal bolsa de valores do país.

É justamente aí, no fato de que várias dessas empresas prestadoras de serviços de educação têm suas ações diariamente negociadas na principal bolsa de valores de país, que se deve buscar a explicação para a confusão que vem sendo feita entre “produtividade” e “rentabilidade” também neste setor. Tal como vem ocorrendo com as empresas do setor de transportes aéreos, também as empresas do setor de educação estão envolvidas em uma disputa de vida ou morte por um mercado que tem limites relativamente estreitos. Em meio a disputa tão feroz, todas as medidas que possam garantir a rentabilidade necessária para permanecer no mercado são prontamente adotadas, mesmo que a inevitável consequência disso seja o progressivo aviltamento da qualidade do produto conhecido como “educação de nível superior”.⁴

⁴ Aliás, a bem da verdade, o produto preferencialmente oferecido por essas empresas é, via de regra, apenas um **diploma** de conclusão de curso superior.

Resumindo: para garantir as taxas de rentabilidade mínimas necessárias para se manter em um mercado regido por práticas predatórias (e, na medida do possível, para conseguir engolir alguns dos concorrentes), também aqui, no setor das empresas privadas que vivem da venda de serviços de educação superior, avilta-se o produto final oferecido no mercado. Considerando, mais uma vez, que a produtividade de uma determinada atividade se calcula dividindo o **valor** do produto gerado pela soma dos insumos consumidos em sua geração, é bastante provável que a produtividade média das empresas que se dedicam a prestar serviços de educação esteja caindo vertiginosamente no Brasil, dado o fato irretorquível de que o valor do produto por elas gerado se aproxima cada vez mais do zero absoluto.

Não pára aí, no entanto, o processo de redução geral da produtividade do ensino superior no Brasil; o seu impacto mais negativo e mais duradouro ocorre justamente a partir do momento em que os egressos dos cursos oferecidos pelas milhares de empresas pertencentes ao setor são incorporados ao mercado de trabalho: mercê da má qualidade do ensino que lhes foi oferecido nos anos de formação, contribuem decisivamente para um significativo rebaixamento da qualidade média dos serviços oferecidos por profissionais de nível superior. Ou seja: se a população brasileira vem sendo há décadas exposta a, por exemplo, médicos, dentistas, engenheiros e advogados tecnicamente incompetentes, culturalmente indigentes e, não raro, eticamente inconscientes (disciplinas de ética estão entre as primeiras a serem sacrificadas nos processos de “enxugamento de custos”), isso ocorre porque a tais profissionais não foi dada formação de nível aceitável.

Mal comparando, é como se na indústria automobilística nacional se instaurasse uma tendência contrária àquela há décadas ali predominante e, de uma hora para a outra, se passasse a tolerar a produção de automóveis com níveis de desempenho e segurança abaixo daqueles atualmente considerados os minimamente exigíveis, sob o argumento de que isso favorece a produtividade do setor. Tal hipótese, que soa como impensável e absurda, é há décadas a realidade do ensino superior do Brasil: rebaixa-se continuamente a qualidade da formação dos profissionais de nível superior, em benefício da rentabilidade das empresas prestadoras de serviços de educação (estrategicamente travestida de “produtividade”), sob o argumento de que o mercado saberá premiar os bons profissionais, aumentando-lhes progressivamente a remuneração e melhorando suas condições de trabalho, e, correspondentemente, saberá punir os maus profissionais, terminando por simplesmente impedi-los de continuar exercendo suas profissões. Mesmo em países civilizados, tal argumento seria insustentável; em um país como o Brasil, no entanto, cujo mercado sofre de graves distorções que decorrem diretamente da brutal desigualdade socioeconômica aqui imperante, tal argumento é não apenas insustentável, ele é simplesmente absurdo. Dá-se às empresas de educação superior o direito de inundar o país com maus profissionais, mesmo sabendo-se que isso significa condenar a esmagadora maioria da população a sofrer nas mãos desses profissionais, por absoluta falta de opção.